

ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM TENSÕES NO ÂMBITO SOCIAL

Adriano Alves Brito*

RESUMO: A relação entre a filosofia e a educação é sempre cruzada. As políticas educacionais inter-relacionam-se diretamente com o socialmente estabelecido. As políticas públicas e o seu funcionamento da relação entre política e o individual e o coletivo se relacionam gerando conflitos. A educação passa a ser um campo de disputas e tensões sociais gerados em uma democracia. O que atinge o exercício de uma liberdade de expressão e ação na sua deliberação. A educação tornar-se um meio de confrontar os aspectos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ação e Comportamento. Políticas públicas. Expressão. Liberdade.

1. INTRODUÇÃO

Quais as consequências de um debate ou falta de um debate? Esta pergunta é pertinente não importando o tempo em que é realizada, pois, o embate sempre ocorre, quer seja no campo da ação ou da discussão teórica. O importa é saber como esse questionamento se desenvolve. Os elementos envolvidos podem ser considerados aptos para um desdobramento em suas consequências envolvendo outras pessoas?

* Aluno do curso de Filosofia de Filosofia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: screwadriano@gmail.com. A elaboração do presente texto foi realizada no contexto do Curso de Extensão: "Oficina de leitura e produção de textos filosóficos", oferecido pelo *Núcleo de Estudos sobre Imaginário e Linguagem* (NEIL) e coordenado pelo prof. Jasson Martins (Membro do referido Núcleo e docente do Curso de Filosofia da UESB).



Essas perguntas se fazem necessárias levando em conta discussões de grandes proporções que atingem outros envolvidos. Os impactos derivados têm proporções que envolvem a coletividade, as relações sociais e seus meios de expressão. Em um discurso em que envolva um debate de proporções coletivas públicas dentro de uma democracia encontramos a relação Ética e Política a qual perpassam o individual e o coletivo. Aqui entramos no âmbito do mais além – do debate – o fato é o que realmente caracteriza um debate nas discussões atuais ou até mesmo envolvendo elementos coletivos. A relação Ética e Política será abordada aqui na problemática em torno da discussão sobre as políticas educacionais.

2. RELAÇÕES

Tomando como referência os elementos sociais podemos partir de uma relação de envolvimentos de diferentes elementos dentro das formações coletivas. Em um espaço onde manifestar-se ocorre a partir de um estado de direito que garante direitos fundamentais, dentre eles os que possibilitam a expressão de uma liberdade de expressar-se. De uma maneira simples em um contexto democrático as pessoas têm direito à manifestação. Dessa maneira desenvolve-se condições de criar-se meios de uma incessante manifestação de expressões e, como consequência, uma diversidade de ideias surge, a partir das falas. No âmbito social, envolvendo diferentes necessidades e anseios sociais, surgem interesses em diferentes grupos sociais. Para poderem ter seus direitos e garantias mínimas esses grupos têm meios de se manifestarem para atingirem seus objetivos.

A política é o elemento responsável para que se possa desenrolar qualquer relação entre os diferentes meios de manifestações sociais. Dentro de uma democracia a sociedade lida com o elemento constante de uma democracia onde o



direito à manifestação é garantido, cujo resultado é o conflito de interesses, enquanto elemento existencial por excelência em democracias. Para garantir os interesses de grupos ou de diferentes elementos sociais a política é o meio adequado para o exercício democrático e, assim o elemento político permeia a sociedade. As relações sociais em uma democracia estão ligadas diretamente à relação política, pois através da estrutura política é possível democratizar o interesse de uns em uma manifestação coletiva. Com o uso da justiça para tutelar esses interesses é possível tornar as relações sociais um meio de envolver diferentes partes da sociedade tanto em caráter de pequenos interesses como um bem maior. Isso quer dizer que a política constitui o campo de combate de interesses e grupos os quais querem os seus desejos concretizados.

É bem difícil identificar algum elemento social que não permeie a política. Dessa perspectiva entra em jogo várias áreas dos elementos envolvidos em uma sociedade nas manifestações políticas. O fato é que a interação entre indivíduos e grupos passa, democraticamente, pela via política como maneira de manifestação. Exemplo básico está nas “políticas públicas” em determinadas áreas que também são ligadas, diretamente, por necessidades coletivas. As políticas públicas são elementos que caracterizam muito bem a articulação política que envolve elementos constituintes e reveladores de uma forma de governo, em especial, a democracia. Essas ações públicas têm diversas características em especial atender demandas da sociedade isso é um claro exemplo de diferentes vieses onde a política se mistura. Essa característica da política faz com que as ações em que estão envolvidos elementos sociais e cidadania só possam partir da esfera pública que também passa a ser política.

As manifestações tanto coletivas como individuais de uma condição que aqui fica intendida: a política. As políticas públicas manifestam articulações para sanar as



várias demandas sociais e para isso entra em cena os cidadãos que veem em uma complexidade de necessidades, interesses, faltas, carências e tantas outras insuficiências. Todos esses elementos tornam-se política, isto é, elementos da estrutura social política que podem pleitear, junto ao poder público, suas necessidades. A política, através da organização, parte de um lugar social e visa uma identidade cultural.

Aqui pode-se enxergar, mais claramente, como a vida cidadã não ocorre fora da esfera política. A saúde tem políticas públicas: o exemplo está nas campanhas de vacinação públicas abrangendo um público e determinada faixas etárias para prevenção de dano a saúde coletiva; presente também como as políticas contra doenças contagiosas entre tantos outros elementos políticos que envolvam os cidadãos. A segurança, outro fator envolvendo diretamente políticas públicas como índices de criminalidades e etc., a educação contem políticas públicas e diferentes elementos que envolvam o fator social que é atravessada politicamente.

Dessa forma surge outro elemento envolvendo essas políticas o que pode ser considerado a identidade desses grupos sociais no sentido de suas ideias, entendimentos sobre modos de comportamentos, crenças, valores e várias formas de posições. Isso tudo converge para os discursos sobre o modo de organizar a sociedade e seus recursos.

3. A EDUCAÇÃO COMO O PRINCIPAL CAMPO DE TENSÃO

Em meio ao campo da política gira o debate cujo cerne é as relações de poder, isto é, os meios como cada grupo desenvolve para promover os seus interesses. O que nos interessa, no presente texto, é identificar os meios que são empregados para atingir esses fins, bem como a tensão gerada pelo choque de interesses divergentes.



Um dos campos de discursões que gera grande tensão social são as políticas públicas educacionais onde a educação passa a ser um elemento de características não só de um grupo, mas que envolve toda a sociedade. Pois as políticas educacionais possuem como característica central o fato de serem para toda a nação. Este caráter amplia a tensão uma vez que entra em confronto com o interesse de grupos específicos. No debate atual a educação deixou de ser uma política de governo e está vinculada às demandas sociais. É neste contexto que a natureza social e política da educação precisam ser repensadas: qual é a função da Educação na sociedade?

Cabe começar pela questão mais abrangente e fundamental: que sentido pode ser dado à Educação, como um todo, dentro da sociedade? Da resposta a essa pergunta segue-se uma compreensão da educação e do seu direcionamento.

Alguns responderão que a educação é responsável pela direção da sociedade, na medida em que ela é capaz de direcionar a vida social, salvando-a da situação em que se encontra; um segundo grupo entende que a educação reproduz a sociedade como ela está; há um terceiro grupo de pedagogos e teóricos da educação que compreendem a educação como uma instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade.

Esses três grupos de entendimento de sentido da educação na sociedade podem ser expressos, respectivamente, pelos conceitos seguintes: educação como *redenção*; educação como *reprodução*; e educação como um meio de *transformação* da sociedade. Esses são as três tendências filosóficas-políticas para compreender a Educação que se constituíram ao longo da prática educacional. *Filosóficas*, porque compreendem o seu sentido; e *políticas*, porque constituem um direcionamento para sua ação (LUCKESI, 2000, p. 51-52).



Luckesi parte de um ponto característico de uma sociedade, cujas ações ou meios para a concretização de uma forma de entendimento sobre algo e sua aplicação concreta, encontra respaldo na educação. As três concepções de entendimento do que vem a ser a educação tem um ponto em comum como a educação se relaciona com a sociedade e como ela atinge essa mesma sociedade e, conseqüente, o questionamento de como deve ser realizada a educação.

A educação passa a ser um instrumento político no sentido de atingir o máximo de pessoas possíveis e, muito mais além, a educação é vista como o elemento em que se pode projetar a finalidade da sociedade. Recaindo, diretamente, em um fim esperado para um possível futuro planejado não apenas isso, pois através da educação tem-se possibilidades de traçar os meios para esse fim. Nessa perspectiva os interesses dos grupos sociais entram em jogo visando a defesa e manutenção dos seus interesses. Os conflitos e as tensões são gerados neste âmbito.

A educação é um dos maiores campos de tensões e disputas políticas e sociais. Na história das políticas públicas sobre educação existe grandes disputas de diferentes grupos com diferentes focos, mas o que nos interessa aqui é como esses planos educacionais querem se afirmar em termos de visão de mundo e seu entendimento sobre o comportamento humano.

4. ÉTICA E POLÍTICA

A relação clara que se enseja está entre a Ética e a Política. A função social da educação se impõe em um momento em que é preciso se posicionar. No sentido de que a relação do ensino com a sociedade estabelece um meio de organizar a sociedade de diferentes modos. Mas uma sociedade não se manifesta de maneira unívoca em um único padrão, porém, existem diferentes posições o que exige o



elemento da construção de uma sociedade: o diálogo. Sem o reconhecimento do diálogo como instrumento de emancipação, surge diversos elementos que culminam em uma padronização de uma única maneira de manifestação, cuja mundividência tende a ser reproduzida e padronizada para todos. Assim, a Educação, como apontada por Luckesi, tem meios de ser um elemento de manifestação de poder político e ideológico. Essa capacidade faz com que a educação se torne um meio de tensões e constantes conflitos os quais tem impacto direto nas relações sociais. Atinge de maneira a reproduzir as condições sociais vigentes ou um elemento que interfira nas relações sociais e nas relações de força e tensões.

Algumas propostas no campo das políticas públicas para Educação têm intenções claras, pois elas são tentativas de promover os interesses de determinados grupos, no interior da sociedade. A Educação passa a ser o instrumento social responsável por promover os empenhos de grupos sociais a outros no sentido de força no campo político para suplantar os outros grupos. O que de imediato é atingido são os entendimentos da formação comum do cidadão isto é o que teve ser transmitido e, às vezes, como vai ser transmitido. Essas características vão, paulatinamente, diminuindo as tensões sociais e impondo em uma singularidade dos discursos políticos partindo da falta de resistência encontrada. Não há como distinguir a força política envolvendo a educação e o comportamento dos indivíduos, muito embora, na política, existe a pluralidade. É a partir desta pluralidade que surge o embate que se configura em uma sociedade democrática. No debate em que se manifesta como uso da comunicação.

O entendimento de que a Educação comporta muito mais e vai além se manifesta em diferentes propostas políticas. Na história das políticas Educacionais brasileiras a proposta sobre a Lei de Diretrizes e Base (LDB) gera uma forte reação de diferentes grupos sociais sobre o entendimento que cada um deles tem sobre a



Educação no Brasil. Ester Buffa em seu livro – *Ideologia em conflito: Escola pública e Escola privada*. Faz uma rememoração do problema da elaboração da Lei de Diretrizes e Base e circunstâncias envolvendo a discussão na época. A autora deixa claro no título da obra os elementos sociais envolvidos, para sua análise Ester se apoia em diferentes autores, dentre eles Saviani.

[...] as posições ideológicas dos diferentes grupos que participam do conflito escola particular – escola pública. De acordo com essa hipótese “... podem se distinguir, do lado da escola pública, pelo menos três posições distintas: os liberais-idealistas, os liberais-pragmatistas e os de tendências socialistas; do lado da escola particular estavam a Igreja Católica e os donos de escola particular, sem doutrina, apoiavam-se na doutrina da Igreja para defender seus interesses. [...]” (BUFFA, 1979. p. 15).

Assim segue como Ester vai retratando as relações políticas e ideológicas de cada grupo envolvido em um debate o qual toma forma nos meios de comunicação. Envolvendo setores da sociedade e a população. A autora também recolheu em sua pesquisa trechos da situação política da época.

“Em abril desse ano (1958), o Arcebispo Metropolitano e os Bispos da Província Eclesiástica de Porto Alegre encaminham um memorial ao Presidente da República protestando contra “a revolução social através da escola preconizada pelos órgãos governamentais” e solicitam “as providencias necessárias e inadiáveis para a cessação desse estado de coisas tão nefasto a qualquer respeito mais legítimos e excelsos interesses nacionais”. O memorial após transcreever alguns trechos da conferencia de Anísio Teixeira em Ribeirão Preto, denuncia-o pelas ideias que defende, como representante, entre nós, do socialismo militante [...]” (BUFFA, 1979, p. 32).

Estes exemplos ilustram como as articulações de cada grupo se estrutura para o combate frente ao entendimento sobre aspectos que vão mais além do que um



simples transmitir conteúdo. Tratando a Educação assim como um elemento social disjuntivo das ações sociais e seus grupos. Segue a contrapartida:

Paschoal Lemme mostra que “as transformações sociais impõem transformações no caráter da educação” embora “esses reflexos da infraestrutura sobre a superestrutura não seja mecânico, imediato” porque “A superestrutura, depois de constituída, erige-se numa força própria com seu mantenedores especializado, cria um ideologia que é racionalizada, tornando-se uma força conservadora, que resiste por toda as formas às modificações ocasionadas pelo impacto das transformações que vão se verificando na infra-estrutura da sociedade” (BUFFA, 1979, p. 43).

Por último a causa de tanta revolta a Posição de Anísio Teixeira:

“[...] à conferencia pronunciada por Anísio Teixeira no I Congresso Estadual de Educação Primaria em Ribeirão Preto, intitulada *A Escola Pública Universal e Gratuita*. Nessa conferencia Anísio Teixeira retoma suas ideias a respeito das funções da escola pública. Ao afirmar que no séc. XIX “a escola era a maior e. mais clara conquista social” [...] mostra que para restaurar o sentido democrático da expansão educacional brasileira, é preciso, em primeiro lugar, restabelecer o verdadeiro conceito de educação, caracterizando-a “enfática como um processo de cultivo e amadurecimento individual (BUFFA, 1979, p. 22).

Todos esses exemplos são a memória recolhida por Ester Buffa para a construção do seu livro sobre o confronto travado entre a escola pública e a privada. Os exemplos trazem por si como a existência do embate social travam-se partindo de cada entendimento sobre o que é melhor para a sociedade. Levando-se e, conta as condições da época no desenvolvimento dos acontecimentos podemos assim notar as articulações políticas por traz das argumentações expostas.

Em meio a esses embates surge uma necessidade de expor melhor as características de cada grupo de interesse. Para isso é preciso um meio para expor os pontos de vistas, mas que garanta, da melhor maneira, o direito de manifestação



para cada grupo que queira se expor. Para essa prática, em uma democracia, o instrumento mais acessível é o uso da fala de cada indivíduo. Um instrumento o qual gera o debate de ideias e possibilita a construção democrática e política das demandas em pauta.

A comunicação é o fator pelo qual uma sociedade, cuja escolha política é a democracia, faz com que todos os membros da sociedade tenham um meio, ao menos em teoria, de poder exercer sua manifestação política. Para o exercício da prática da expressão da comunicação é preciso uma zona de conflito, uma vez que a educação é uma “uma arena”, um campo de conflito constituinte da ação política. Como pode ser organizado este “campo de batalha” para que exista a manifestação da sociedade? Não é possível afirmar um local em específico, mas em uma sociedade tão grande quanto a brasileira esses “lugares” de confronto não são tão específicos ou nem mesmo fisicamente existe.

Não que seja preciso um lugar ou condição específicas para que esse confronto aconteça. No entanto, importa garantir aspectos mínimos para que o diálogo franco não fique restrito apenas a discussões que acabam perdendo o rumo. Mais uma vez a educação entra como o fator responsável por ser capaz de confrontar diferentes tipos de preconceitos ou qualquer elemento capaz de travar um bom debate.

Caso contrário o comportamento passa a ser condição previa de uma imposição de outros a terceiros através da educação. De uma maneira direta o comportamento em termos de uma reflexão do modo como devemos agir passa a não mais ser fruto de uma deliberação para uma ação concreta de um indivíduo ou grupo competente. Um processo educacional a qual não envolva colocar em xeque a ação corre o risco de, como afirmado anteriormente, recair na mera repetição e na imposição.



No âmbito político uma manifestação de um grupo de poder, quer dizer, uma restrição à expressão da ação através da imposição do que determinados grupos entendem como o adequado ou esperado. A educação não é o problema, mas sim um instrumento para a ação política. A Educação é o meio de atingir os indivíduos, a sociais e conduzi-los à uma forma de pensar e agir consequente e livre. Agir, aqui, no entendimento moral e ético pelos quais perpassam os aspectos educacionais. Sempre tendo em mente o poder da educação não apenas no sentido de ser uma fonte de conhecimento, mas também por transmitir aspectos que vão mais além do elemento conteúdo escolar.

Além do conteúdo e da transmissão dos costumes, normas morais e tradição, na escola o espaço para refletir sobre todo esse universo em que envolve a ação. Nessa parte entra o confronto com o estabelecido, com o que se tem e suas consequências. Aqui entra a característica humana por excelência: o questionamento, cuja finalidade é entender os porquês das coisas ou simplesmente estranhar, no sentido de querer saber. Nesse caminho surge deferentes observações e caberá a alguém as condições para encaminhar essas perguntas. Nessa hora entra o maior espaço social de formação básica: a escola. A falta de um questionar leva a uma condição de naturalidade de diferentes elementos envolvidos na vida social. Estes elementos estão imersos na vida e que tem peso na sociedade. A falta de um instrumento ou elemento responsável por opor as condições ditas como normais tem muitas consequências no caráter social.

Hannah Arendt expõe um clássico efeito da falta de uma característica simples, mas se não nutrida leva a consequências drásticas. Hannah na obra *Eichmann em Jerusalém*, deduz das últimas palavras de Eichmann, o efeito da banalidade entendendo-se como algo comum ou que se torna comum. O perigo, no entanto, reside no fato de que se trata da banalidade do mal. Hannah atribui esse efeito o



tratando assim: “Era como se naqueles últimos minutos ele estivesse resumindo a lição que este longo percurso através da maldade humana nos ensinou – a lição da temerosa banalidade do mal, que desafia a palavra e pensamento” (ARENDR, 2000, p. 252/274).

Essa naturalidade envolvendo aspectos sociais é sempre muito comum, comum no sentido de não questionar a fundo o que envolve a vida. Hannah refilete de uma maneira muito simples como demonstrado, pois, ela considera o ato de pensar, a partir da sua principal característica: refletir.

Será que a natureza da atividade de pensar – o hábito de examinar, refletir sobre tudo aquilo que vem a acontecer, independentemente de qualquer conteúdo específico e de resultados – poderia ser tal que ‘condiciona’ os homens a não fazer o mal (ARENDR, 2000, p. 252).

O ato de pensar, como exercício reflexivo, é fator decisivo para o desenvolvimento de ações sociais que tendem a culminar no questionamento das políticas de caráter social. A escola é um dos principais elementos de interação social e contribui para as discussões sobre a condição vigente para cada realidade dos alunos. O que, de certa maneira, constitui um espaço para o exercício da ação política tratando-se de aprender a natureza do processo democrático, bem como o seu funcionamento.

Para além da necessidade de algo ou alguém precisar interferir na sua ação que se manifesta através da liberdade de expressão, como indica Adorno em seu livro *Educação e emancipação*:

A exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia. Para precisar a questão, gostaria de remeter ao início do breve ensaio de Kant intitulado “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”. Ali ele define a menoridade ou tutela e, deste modo, também a emancipação, afirmando



que este estado de menoridade é auto-inculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem. "Esclarecimento é a saída dos homens de seu auto inculpável menoridade". Este programa de Kant, que mesmo com a maior má vontade não pode ser acusado de falta de clareza, parece-me ainda hoje extraordinariamente atual democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento. Se abirmos mão disto, todos os discursos quanto à grandeza de Kant tornam-se mera retórica, exterioridade [...] (ADORNO, 1995, p. 169).

Essa aprendizagem se cria e se desenvolve como instrumento a qual a escola promove a emancipação da própria relação na qual a escola estabelece com o aluno o levando em uma formação básica, mas essencial no seu desenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

A emancipação é a parte onde a capacidade de manifestação da liberdade de expressão e, conseqüentemente, a deliberação da ação individual atua. Sendo que não há como interferir, de maneira geral, na forma como cada um manifesta a sua ação. No âmbito político, no entanto, pode existir outra consequência. No fato de que as escolhas políticas sociais voltam-se para a necessidade de averiguação das ideias no confronto, nas tensões. O debate se faz necessário e presente, pois a contradição é real e latente e em uma democracia o debate torna-se forma de consenso.



REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUFFA, Ester **Ideologias em conflitos**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.



Adriano Alves Brito

<http://lattes.cnpq.br/4292045589631259>

